


**PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL PÓS-PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE DAS MATÉRIAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO<sup>1</sup>**

**ENVIRONMENTAL PRESERVATION AND CONSERVATION AFTER THE COVID-19 PANDEMIC: AN ANALYSIS OF ARTICLES FROM THE FOLHA DE SÃO PAULO NEWSPAPER**

**PRESERVACIÓN Y CONSERVACIÓN MEDIOAMBIENTAL TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19: UN ANÁLISIS DE LOS ARTÍCULOS DEL PERIÓDICO FOLHA DE SÃO PAULO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-259>

**Data de submissão:** 20/10/2025

**Data de publicação:** 20/11/2025

**Arthur dos Santos Bezerra de Farias**

Psicólogo

Instituição: Universidade de Pernambuco (UPE)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9345-1443>

E-mail: [arthur.santosf@upe.br](mailto:arthur.santosf@upe.br)

**Emili Ferreira de Oliveira Vasconcelos**

Psicóloga

Instituição: Universidade de Pernambuco (UPE)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9281-2040>

E-mail: [emili.vasconcelos@upe.br](mailto:emili.vasconcelos@upe.br)

**Jhenyffer Lays Ribeiro Silva**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental

Instituição: Universidade de Pernambuco (PPGSDS/UPE)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5258-7948>

E-mail: [jhenyffer.lays@upe.br](mailto:jhenyffer.lays@upe.br)

**Juliana Catarine Barbosa da Silva**

Doutora em Psicologia

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/PE)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1632-3424>

E-mail: [juliana.catarine@upe.br](mailto:juliana.catarine@upe.br)

---

## **RESUMO**

O presente estudo está inserido no debate sobre as questões socioambientais e suas interações com a psicologia social. A pesquisa objetivou compreender como a mídia brasileira tem discutido as questões sobre preservação e conservação ambiental no cenário pós-pandemia de COVID-19. Foram analisados, por meio da metodologia das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, documentos de domínio público, representados neste trabalho pelas matérias publicadas na versão para assinantes da Folha de São Paulo. Ao todo foram analisadas 130 matérias. Nossas análises apontam que o governo

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da UPE, entidade do Governo do Estado de Pernambuco voltada para o fomento ao Ensino, Pesquisa e a Extensão Universitária.

e empresas privadas aparecem tanto como agentes de preservação quanto de degradação, enquanto a sociedade civil surge como protagonista em práticas preventivas. Destaca-se, por fim, a importância do papel da Psicologia para discutir a relação entre ambiente e saúde.

**Palavras-chave:** Preservação Ambiental. Conservação Ambiental. Psicologia Social. Sociedade Civil. Pós-Pandemia de COVID-19. Políticas Públicas Ambientais. Mídia e Meio Ambiente.

### ABSTRACT

This study is part of the debate on socio-environmental issues and their interactions with social psychology. The research aimed to understand how the Brazilian media has discussed issues related to environmental preservation and conservation in the post-COVID-19 pandemic scenario. Using the methodology of discursive practices and the production of meaning in everyday life, we analyzed documents in the public domain, represented in this study by articles published in the subscriber version of Folha de São Paulo. A total of 130 articles were analyzed. Our analyses indicate that the government and private companies appear as agents of both preservation and degradation, while civil society emerges as a protagonist in preventive practices. Finally, we highlight the importance of the role of psychology in discussing the relationship between the environment and health.

**Keywords:** Environmental Preservation. Environmental Conservation. Social Psychology. Civil Society. Post-COVID-19 Pandemic. Environmental Public Policies. Media and Environment.

### RESUMEN

El presente estudio se inscribe en el debate sobre las cuestiones socioambientales y sus interacciones con la psicología social. La investigación tuvo como objetivo comprender cómo los medios de comunicación brasileños han abordado las cuestiones relacionadas con la preservación y la conservación del medio ambiente en el contexto posterior a la pandemia de COVID-19. Se analizaron, mediante la metodología de las prácticas discursivas y la producción de sentidos en la vida cotidiana, documentos de dominio público, representados en este trabajo por los artículos publicados en la versión para suscriptores del diario Folha de São Paulo. En total se analizaron 130 artículos. Nuestros análisis indican que el gobierno y las empresas privadas aparecen tanto como agentes de preservación como de degradación, mientras que la sociedad civil surge como protagonista en las prácticas preventivas. Por último, cabe destacar la importancia del papel de la psicología para debatir la relación entre el medio ambiente y la salud.

**Palabras clave:** Preservación Medioambiental. Conservación Medioambiental. Psicología Social. Sociedad Civil. Pospandemia de COVID-19. Políticas Públicas Medioambientales. Medios de Comunicación y Medio Ambiente.

## 1 INTRODUÇÃO

A literatura sobre os termos “preservação” e “conservação” ambiental é extensa. A preservação ambiental é, por vezes, apontada como a defesa da natureza em seu estado isolado (Diegues, 2008), enquanto que a conservação seria a gestão dos recursos naturais, de maneira eficaz, pelas pessoas (Silva, 2015). Neste estudo, optou-se por usar de modo conjunto os dois termos apenas para fins analíticos, sem desconsiderar a distinção conceitual, pensando-os enquanto parte da política de proteção ambiental brasileira. A preocupação com questões ambientais vem aumentando nas últimas décadas em todo o mundo. Autores como Cartaxo e Shiota (2020) entendem que os desastres são resultado de uma dissonância entre as mudanças ambientais e a capacidade de resposta de determinados grupos sociais.

Em outras palavras, os desastres ocorrem quando há um desnivelamento na resposta da população diante das mudanças ambientais. Essa resposta “falha”, no entanto, é fruto das desigualdades políticas, sociais e econômicas que aumentam as vulnerabilidades e o risco enfrentado por determinadas populações (Cartaxo, Shiota, 2020). Os autores supracitados ainda reconhecem que as instituições têm dificuldade em reconhecer os aspectos psíquicos e sociais que afetam essas populações em situações de desastre. A visão de que os desastres são algo ameaçador e punitivo deve ser substituída por um entendimento mais complexo de suas causas e impactos, para que ações mais efetivas em sua prevenção e combate sejam tomadas (Cartaxo, Shiota, 2020). Por isso a importância da Psicologia se inserir também nessa discussão, pensando nas pessoas incluídas nesses grupos vulneráveis, além de também refletir sobre o estresse mental em que se encontram.

Quando paramos para pensar que os desastres não possuem apenas causas naturais e que esses fenômenos causam perdas humanas ou mesmo impactos significativos na qualidade de vida de grandes grupos, podemos inferir aqui que esses desastres “ambientais” são também um problema humano (Corraliza, 1997). A Psicologia surge nesse contexto com a proposta de compreender as relações humanas diante de como interagimos com o espaço que vivemos, com o mundo à nossa volta (Pinheiro, 1997).

A Psicologia Ambiental, segundo Pinheiro (1997), dedica-se ao estudo das interações entre as pessoas e o ambiente físico, buscando compreender como o espaço influencia o comportamento humano e de que maneira as condições ambientais repercutem sobre o bem-estar e a qualidade de vida. O autor destaca que o ambiente não deve ser entendido apenas como cenário, mas como parte ativa das relações humanas e dos processos psicológicos que nelas se estabelecem. A vertente da Psicologia Social na qual adotamos no presente texto, por sua vez, tem como foco a análise das práticas discursivas e dos modos de produção de sentidos que emergem das relações cotidianas (Spink e

Medrado, 2004). Nessa perspectiva, as construções simbólicas sobre o mundo, inclusive sobre o meio ambiente, são entendidas como social e historicamente situadas, formadas nas interações e trocas entre grupos e instituições. De acordo com Mayorga et al. (2015), a Psicologia Social brasileira tem se voltado às questões socioambientais ao reconhecer que os problemas relacionados à terra, ao território e ao desenvolvimento estão imbricados nas estruturas de poder e nas dinâmicas sociais que produzem desigualdades. Assim, o campo busca contribuir para uma leitura crítica dos fenômenos ambientais, considerando suas implicações políticas, sociais e culturais. É nessa direção que este estudo se orienta, adotando a Psicologia Social como referência principal para compreender como os discursos sobre preservação e conservação ambiental são construídos e veiculados pela mídia no cenário pós-pandemia de COVID-19.

Para Mayorga *et al.* (2015), essas questões da luta do direito pela terra sofreram alterações, onde é possível notar interesses relacionados às terras e territórios impulsionados por projetos específicos de desenvolvimento, como o agronegócio, as empresas mineradoras, as usinas hidroelétricas e as grandes obras urbanas. Nesse contexto, testemunhamos a violação dos direitos humanos de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultores familiares e famílias pobres urbanas. Os autores supracitados pontuam que a compreensão e o enfrentamento dessas questões exigem uma análise crítica das estruturas sociais, das relações de poder e das dinâmicas psicossociais envolvidas. É necessário adotar uma abordagem interdisciplinar, levando em consideração as complexidades dos problemas e considerando múltiplos pontos de vista. Cabe então à Psicologia se posicionar diante desses desafios e buscar constantemente expandir seu repertório teórico, metodológico e conceitual. Isso implica em promover um diálogo constante com outras áreas do conhecimento e estar aberta a abordagens múltiplas.

A interlocução entre Psicologia e mídia tem se consolidado como um campo de reflexão sobre os modos de produção de subjetividade na contemporaneidade. Como destaca Mansano (2009), os processos de subjetivação estão imersos em redes culturais e tecnológicas que atravessam a vida cotidiana, influenciando as formas de sentir, pensar e agir. Fischer (1996) reforça que os discursos midiáticos participam ativamente da constituição dessas subjetividades, produzindo sentidos e valores que se disseminam socialmente. Assim, compreender a mídia como espaço de produção discursiva implica reconhecer seu papel na construção de significados sobre o mundo social e ambiental. Para Hennigen (2006), a subjetividade é também uma produção cultural, o que coloca os meios de comunicação como instâncias relevantes para o estudo das relações entre cultura, poder e modos de existência. Nesse sentido, a Psicologia Social pode contribuir ao examinar como os discursos

mediáticos constroem repertórios sobre meio ambiente e sobre os sujeitos que dele fazem parte, articulando dimensões simbólicas e políticas.

Uma das abordagens possíveis surge do entendimento dos meios de comunicação, a mídia, como um dos grandes “pilares” da sociedade moderna, o que, por conseguinte, significa dizer que existe um determinado nível de influência que a mesma é capaz de exercer sobre nossas subjetividades. E pensar a subjetividade humana é um dos principais objetos de estudo da Psicologia (Mansano, 2009).

Ao pensarmos no que constitui a “mídia”, chegamos a Moreira (2010), que aponta como os meios de comunicação em geral, que atingem a grande massa; conecta-se aos processos de produção, circulação e recepção de mensagens. A mídia surge no século XIX, com o rádio e o jornal, nasce pela necessidade de levar informações para grandes públicos (Silveira, 2004). Ao chegar na contemporaneidade, ela passa a englobar veículos de notícias, a publicidade, a produção audiovisual, redes sociais e a própria internet; o que justifica o novo papel das mídias enquanto uma das instâncias sociais que produz cultura, além de veicular e construir significados a respeito do mundo (Hennigen, 2006).

O advento da internet - e da globalização - deve ser levado em conta ao discutirmos sobre mídia e Psicologia, já que este modificou a noção de tempo e espaço das pessoas. Quando transpassadas pela globalização, as pessoas perdem-se no tempo-espaço, tendo que lidar com uma gama altamente variada de possibilidades de ser. Uma subjetividade permeada por família, trabalho e amigos, passa a ser agora também formada por uma cibercultura, e nesse contexto virtual a experiência do mundo se dá através da virtualidade; a pessoa se vê diante de um mundo em que barreiras, antes intransponíveis, como distâncias geográficas - ou mesmo culturais -, podem ser ultrapassadas ao alcance de alguns cliques (Moreira, 2010).

É então que as pessoas se deparam com os discursos da mídia (Fischer, 1996), que são definidos em sua heterogeneidade e presença de múltiplas vozes. Estes discursos se fazem a partir da imposição de sentidos, pela busca de uma verdade, e assim, ao buscar sentidos e significações, são estabelecidas disputas de poder. Esse poder não é apenas em um nível simbólico, a formação dessa cultura estabelece divisões desiguais, cenário dos embates políticos, em que os atores sociais se posicionam e são posicionados (Hennigen, 2006). Dessa forma, há a necessidade da Psicologia se debruçar sobre como as mídias estão afetando as pessoas, em outras palavras, é necessário pensar na mídia como mais um dos atores presentes na contemporaneidade.

A mídia não é ator solene nesse contexto e por isso cabe também falarmos sobre outras instituições presentes nessa discussão. Ao falarmos sobre preservação e conservação ambiental, o Estado, a sociedade civil, organizações coletivas e populares, todos são agentes importantes no debate

sobre meio ambiente. O Estado é o responsável pela criação e manutenção de políticas públicas que impactam diretamente na maneira como é realizada a preservação e conservação ambiental no Brasil. Nesse sentido, é fundamental que sejam criadas políticas que garantam o aumento do nível de conscientização acerca da importância da preservação ambiental. Isso envolve a implementação de estratégias de Gestão de Riscos, de forma que as ações não se restrinjam apenas a lidar com situações de resposta às emergências e desastres de forma reativa (Speight, 2010), mas sim priorizar a prevenção e a redução de riscos, adotando abordagens proativas. Isso inclui a promoção de medidas de conscientização, educação e capacitação, tanto para a população em geral, quanto para as empresas e organizações privadas, que também são responsáveis pela poluição ambiental e, portanto, devem estar em movimentos em prol da preservação ambiental, como as parceiras público-privadas.

Contudo, ao analisar dados do investimento federal nos últimos anos, de acordo com um levantamento feito pela Associação Contas Abertas, há cortes de verba frequentes ocorrendo: 11,4 bilhões de reais foram investidos em 2013 para ações voltadas para a gestão de desastres; porém, quase uma década depois, na transição entre os governos Bolsonaro (2022) e Lula (2023), foi alcançado o menor patamar em investimento em 14 anos, com o valor de 1,17 bilhões de reais (Sant'ana, 2023). Diante dessas lacunas deixadas pela falta de investimentos do governo, surge outro ator nessa discussão: a sociedade civil. Mas o que seria a sociedade civil? Essa é uma discussão filosófica e política antiga e com conceitos diferentes para autores distintos. Aqui pensamos em sociedade civil enquanto organizações das quais as pessoas possam participar de acordo com suas vontades, de maneira voluntária, para atender aos seus interesses privados, buscando ajuda de outros para um auxílio mútuo em prol de um objetivo (Putnam, 1994). Nisso, podemos pensar desde organizações não governamentais (ONGs) até associações de bairro, por exemplo.

A expressão “ONG” foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, para designar instituições que buscavam o desenvolvimento social da comunidade e que recebem incentivo financeiro de órgãos públicos para conseguir realizar as suas ações (Landim, 1993). No Brasil, as ONGs surgem apenas em 1980 (Gohn, 2000), ainda que desde o século XIX existissem organizações sem fins lucrativos, com motivações religiosas e/ou políticas, em prol de defender direitos de grupos vulneráveis (Granem, 2012).

Uma vez que estabelecemos o que é a sociedade civil e ONGs para esse estudo, é válido questionar o porquê que essas associações civis são relevantes para essa conversa. As políticas públicas ambientais, embora estruturadas institucionalmente por meio de etapas de formulação e implementação, são também atravessadas por processos discursivos que influenciam sua legitimidade e alcance social (Raeder, 2014). E é nesse ponto que as associações civis são essenciais tanto para



entender quais demandas são mais emergentes para cada cenário - devido a saberes específicos do território ou população a qual a política é voltada -, como para fornecer informações sobre como as políticas estão ou não funcionando. Uma vez que estão voltadas para recortes específicos da sociedade em suas ações e podem manter uma atenção prolongada sobre os resultados de uma política pública, se está funcionando, ou não, da maneira que foi pensada. Associações civis, como ONGs ambientalistas, exercem esse importante papel de manter a discussão ambiental em movimento, cumprir lacunas que o governo não preenche e chamar mais visibilidade para causas específicas que necessitam de políticas públicas urgentes ou modificações naquelas já existentes, mas em desequilíbrio. Ao considerar todos os elementos debatidos até aqui, o presente artigo teve como objetivo analisar como a mídia brasileira tem discutido as questões sobre preservação e conservação ambiental no cenário pós-pandêmico da COVID-19. Parte-se da compreensão de que a forma como a mídia decide apresentar os atores sociais, organizações ou pessoas, pode influenciar os comportamentos coletivos frente às questões ambientais.

## 2 METODOLOGIA

Essa é uma análise feita com base em metodologia qualitativa em Psicologia Social. Para Spink e Lima (2004) as pesquisas qualitativas alcançam seu rigor muito mais pela capacidade de comunicar as estratégias, escolhas e ideias do pesquisador do que por sua capacidade de replicabilidade. Tomamos como base, especificamente, o estudo das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano (Spink, M. J., 2004), quando estas se propõem a entender como as pessoas dão sentido ao mundo. Nesta perspectiva os sentidos produzidos são pensados enquanto uma construção social, que está presente nas relações sociais de maneira historicamente datada e culturalmente localizada, tendo base nas trocas e interações proporcionadas pela coletividade (Spink, M. J.; Medrado, 2004).

Dentro da perspectiva proposta, focamos nos documentos de domínio público, especificamente a Folha de São Paulo (FSP). Seja quando o jornal impresso era a única - e primeira - forma de veiculação de informações em massa para grandes públicos, ou agora na era digital, grandes jornais como a FSP se mantêm relevantes através da inserção de matérias também no formato *online*, o que assegura seu alcance diante de variados públicos, que o acessam diariamente. Documentos de domínio público - como a FSP - são considerados “produtos em tempo e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória” (Spink, P.; 2004, p. 102).

Para Peter Spink (2004), os documentos de domínio público são registros que foram tornados públicos, logo, sua intersubjetividade se forma a partir do encontro, da interação com esse outro, que

por vezes é coletivo. Esses documentos estão à disposição de qualquer pessoa para utilizá-los da forma como servir - assim como fazemos aqui -, mas além disso, são resultados da ação social, registros dela e a própria ação social em si. Além disso, os documentos de domínio público são formados por meio de trocas dialógicas que perpassam por escolha e reorganização retórica por parte do emissor, o que pode indicar seu posicionamento no discurso. A análise de discurso, neste contexto, busca entender o uso da linguagem de maneira a apontar esses posicionamentos, entendendo como o sentido é criado pelas pessoas a partir do contexto interacional e reflexivo de cada uma (Spink, P, 2004).

Quanto à interpretação dos dados, para Spink e Lima (2004), é um processo de produção de sentidos. O sentido toma foco principal nessa metodologia, sendo o meio-fim das atividades de pesquisa. Por isso, a interpretação é feita durante todo o processo de realização do estudo, em que o pesquisador fica imerso nesse procedimento, não existindo uma fase exclusivamente reservada para ela. Para esse estudo, nosso foco está nos veículos da chamada “grande mídia” devido a seu nível de alcance e influência no cenário sociopolítico em âmbito nacional. Desta forma, o jornal Folha São Paulo (FSP) foi a plataforma escolhida para análise dos documentos públicos em decorrência de sua importância e relevância sociopolítica no país. As matérias do FSP analisadas foram postadas, apenas para assinantes, entre os dias 5 de maio de 2023 e 5 de maio de 2024. Esse intervalo de tempo corresponde ao período de um ano após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o fim da pandemia da COVID-19.

A escolha desse período de tempo é devido à ascensão de discursos sobre meio ambiente durante a pandemia. Pesquisadores como Teixeira e Toni (2022) apontam para uma relação específica que existe entre a pandemia e mudanças ambientais, o primeiro enquanto um colapso ecológico - surgimento de nova doença fatal - e o segundo, um colapso climático, ambos uma des-ordem natural. E a implicação desse desequilíbrio está sobre as pessoas, gerando incertezas e vulnerabilidades nas vivências humanas. Desse modo, a mídia esteve voltada para essa relação durante o período pandêmico, mas e depois? O cenário global pós-pandêmico ainda está sendo permeado pelas mudanças ambientais, e desastres não se tornaram menos comuns. Logo, como a mídia tem apresentado a temática ambiental após a pandemia é uma questão significativa considerando que a forma como ela decide posicionar os atores sociais, organizações ou pessoas pode influenciar os comportamentos coletivos e medidas escolhidas no que concerne a novos modos de convivência - e existência - diante das crises ambientais.

Para acessar as matérias foram utilizados os seguintes descritores: “preservação ambiental” e “conservação ambiental”. A razão da escolha desses termos pensados de forma conjunta, ainda que haja motivos na literatura para seu estudo de forma distinta um do outro, é para ampliar o número de



resultados das matérias encontradas no FSP. Isso posto, “preservação ambiental” resultou em 145 matérias enquanto “conservação ambiental” encontrou 47 matérias nesse período de tempo, totalizando 192 textos. A etapa seguinte consistiu na leitura cuidadosa dos materiais, 62 matérias foram excluídas por não abordarem diretamente a temática a ser enfrentada. Restaram 130 matérias para a nossa análise.

Todas as matérias foram sistematizadas em um quadro, de modo que fosse possível visualizar informações como: título, data de publicação, autor, caderno, descritor utilizado e *link* que direciona para a matéria, além disso, foram separados trechos das notícias que respondiam os objetivos do estudo. A seleção das matérias foi feita pensando que não bastava apenas citar sobre preservação ou conservação durante o texto, a temática deveria ser foco da discussão, fosse trazendo impactos para o meio ambiente; medidas de conservação e prevenção de desastres; política nacional e internacional sobre o meio ambiente; degradação de áreas preservadas; construção de obras prejudiciais ao meio ambiente ou ainda conflitos econômicos que esbarram na questão ambiental. Desde que a temática ambiental fosse parte integral da discussão, a matéria foi incluída na pesquisa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 PRINCIPAIS ATORES DA PAUTA AMBIENTAL NO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 PELA FSP

Os atores que apareceram nas notícias foram o governo brasileiro (ministros, prefeitos, deputados, governadores, vereadores, juízes, parlamentares, o presidente), iniciativas privadas, instituições internacionais e a sociedade civil, quando organizada e quando não organizada em associações e movimentos sociais. Esta última, como já comentado anteriormente, possui definições múltiplas, e para esse estudo, baseamo-nos na compreensão de Putnam (1994). Todos esses atores são ilustrados na tabela abaixo de acordo com a quantidade de matérias em que foram destacados pela FSP.

Quadro 1 - Atores sociais e matérias associadas a eles pela FSP

Atores Sociais	Matérias
Governo	71
Sociedade Civil organizada	17
Iniciativas privadas	17
Sociedade Civil não organizada	13

Autoria própria (2025)

### 3.1.1 O estado: *preservação e conservação ambiental em debate*

O governo brasileiro foi o ator mais observado nas matérias, aparecendo setenta e uma (71) vezes em matérias distintas. Esteve presente nos mais variados tipos de notícias e apresentou-se de maneira contraditória nas matérias acessadas. Há momentos em que se mostra preocupado com a preservação ambiental, e em outras vezes é o responsável pela degradação ambiental, seja devido a ausência de medidas ou mesmo ações tomadas ativamente sem levar em consideração o impacto ambiental. Sendo essa a razão que, apesar de haver uma seção dedicada para o governo aqui, sua presença pode ser observada em diferentes momentos desta análise.

A preservação foi destacada como vital em matérias como “Combate a crimes ambientais reduz a violência”, escrita pelo governador do Pará, Helder Barbalho (2024). O governador destaca suas ações voltadas para a promoção de conhecimentos sobre preservação ambiental no Pará através das Usinas da Paz, locais reservados para acolher população vulnerável devido às mudanças ambientais.

[...] Usinas da Paz. São complexos multiculturais e esportivos, com serviços médicos, lazer, educação, empreendedorismo e apoio à população vulnerável. Equipamentos públicos de primeira qualidade, servidores públicos dedicados. Cidadania na veia. Estamos fazendo 26 em todo o estado (Barbalho, 2024).

Barbalho (2024) defende ainda que o governo busque medidas voltadas para promoção de conhecimentos, uma medida de prevenção, em vez de combater o crime organizado apenas com ações militarizadas. Para o autor, o governo não deve “[...] apenas invadir comunidades com armamentos”, o Estado tem que ocupar o lugar das organizações criminosas com cidadania e serviços públicos e dignidade (Barbalho, 2024). Esse não foi o único destaque da FSP para a política ambiental do estado do Pará.

Esse movimento conjunto de ações, ainda que insuficientes sozinhas, pode significar uma mudança futura. Os impactos ao meio ambiente devem ser mais conhecidos pelo grande público, especialmente após o fim da pandemia da COVID-19, já que o colapso climático tem ficado mais evidente. Medeiros e Vasconcellos (2023) apontam que os danos ecológicos causados pela humanidade ao planeta - antes e após a pandemia - deságuam agora em uma crise sanitária, socioeconômica e ambiental. Os autores entendem, contudo, que essa crise não é na mesma intensidade para todos. Países vulnerabilizados, como aqueles subdesenvolvidos e em desenvolvimento, estão sendo mais afetados porque suas populações não possuem condições para amenizar consideravelmente os impactos das mudanças ambientais. Fato este que é reconhecido pelo próprio presidente Lula, como registrado pela FSP. Lula e sua equipe, ao realizarem uma reunião com o G77, ressaltam a importância de apoio a países em desenvolvimento nesse período pós-pandêmico.

Em outra frente, a diplomacia brasileira pretende explorar no encontro do G77 a reforma de organismos financeiros internacionais. A avaliação é a de que, especialmente após a pandemia de Covid-19, os países em desenvolvimento ficaram mais endividados e numa situação econômica delicada. Para Brasília, compromissos assumidos pelo mundo em desenvolvimento, como as metas de preservação ambiental, precisam sempre levar em consideração esse contexto (Holanda, Lopes, Garcia, 2023).

No entanto, a FSP também aborda as ações do governo em contrapartida à pauta ambiental. Uma das matérias que acusa mais ferrenhamente os posicionamentos do governo foi escrita por Mariante (2023), que critica a entrada do Brasil na OPEP+, organização internacional dos países produtores de petróleo. O autor aponta a inconsistência no discurso do governo durante a COP 28, esta que estabelece a necessidade global de mudar a matriz energética e abandonar os combustíveis fósseis. Porém, ainda durante a COP 28, o Brasil ingressou na OPEP+ mesmo previamente tendo sido falado pelo presidente Lula que o ingresso do Brasil na organização seria como observador e não membro efetivo.

A entrada do Brasil na organização é mais grave do que pode parecer em um primeiro momento. Uma das principais pautas da conferência é a urgência em, não apenas diminuir, como parar o consumo dos combustíveis fósseis, e o Brasil, que vem tentando se estabelecer como potência ambiental, ingressou na organização responsável pela flexibilização das medidas de preservação acordadas na COP 28.

Os combustíveis fósseis são responsáveis por 75% das emissões de gases que produzem o efeito estufa. Não à toa, o debate sobre essa matriz energética dominou a COP28, a conferência do clima da ONU. [...] A forte oposição do lobby dos produtores de petróleo, a Opep, fez com que o texto indicasse só "transicionar". Para a entidade, seria suficiente reduzir emissões sem abandonar por completo algumas matrizes (FSP, 2023a).

A FSP também se preocupou, nesse último ano, em noticiar matérias envolvendo a política nacional e internacional do meio ambiente. Quanto à política nacional foram veiculadas respectivamente quarenta e uma (41), e vinte e sete (27) matérias envolvendo a política ambiental internacional. Essas matérias envolvem a aprovação de leis e projetos a favor da preservação ambiental - ampliação de parques, combate ao desmatamento -, assim como outras com medidas que divergem de medidas sustentáveis. Além disso, há também encontros de líderes mundiais para discutir o meio ambiente, repercussões dos atores internacionais sob a política ambiental nacional, membros do governo brasileiro discutindo a política ambiental internacional e seus impactos sobre o país.

Algumas das matérias que ilustram esse tópico são: “Revisão da Lei de Zoneamento: novo retrocesso para a cidade de São Paulo” (Ferraro, 2023) e “Esperança renovada: a busca pela preservação da Amazônia” (Claro, 2023). De um lado, Ferraro (2023) observa que a nova lei em São

Paulo permite que prédios mais altos sejam construídos em espaços populares da cidade, e também empreendimentos imobiliários em áreas de proteção ambiental. Do outro lado, Claro (2023) destaca o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia (PPCDAm), que já está em sua quinta fase, com foco em ações colaborativas do governo e sociedade civil, pensadas para prevenção do desmatamento e outras formas de degradação ambiental na Amazônia.

Já a política ambiental internacional é descrita pela FSP com forte protagonismo do presidente em vigor, Lula, e seus encontros com líderes mundiais para debater sobre as mudanças ambientais. A própria FSP entende a importância dessa maior presença na pauta ambiental no meio internacional alegando que “após anos de perda de protagonismo ambiental sob Bolsonaro, o governo de Lula prometeu fortalecer órgãos de fiscalização e reverter políticas de desmonte do seu antecessor” (Struck, 2023). Muitas das matérias trouxeram líderes internacionais que buscam conhecer e/ou influenciar as posições político-ambientais do governo brasileiro, e vice-versa, uma preocupação com o cenário global da preservação, em particular, com a Amazônia. Segundo o próprio presidente Lula, e trazido na matéria escrita por Amaral (2023), “a Amazônia é nosso passaporte para uma nova relação com o mundo – uma relação mais simétrica, na qual nossos recursos não serão explorados em benefício de poucos, mas valorizados e colocados a serviço de todos”.

Isso se alinha com o que Teixeira e Toni (2022) observam no cenário político internacional. Para os autores, existe uma metamorfose causada pela crise climática, que afeta todo o globo, o que obriga os países a ultrapassarem o antigo modelo das relações internacionais para uma fase com negociações e implicação conjuntas em prol de um objetivo comum: diminuir os números da produção de carbono e combustíveis fósseis para evitar o avanço da crise climática no mundo. Vale ressaltar que não apenas os espaços verdes são afetados pelas mudanças ambientais. Ao pensarmos nos espaços urbanos, quais são as ações do governo? Como está a preservação e conservação ambiental nas grandes cidades? A FSP traz que a crise climática está entrando em um estado irreversível. Particularmente, a política de criação de novas áreas verdes, como a criação de parques e zonas de preservação da Mata Atlântica, foi um destaque nas matérias analisadas. Alguns títulos das notícias ilustram bem esse destaque dado pela FSP para essas ações do governo, como “São Paulo quer 110 Ibirapueras de novas áreas protegidas, mas depende da Justiça” (FSP, 2024a); “Cidade de São Paulo ultrapassa 50% do território com área verde” (FSP, 2023b); “Plano Diretor esconde nome e transforma Jockey Club de SP em parque municipal” (Castelani, Kruse, 2023).

Essa última matéria merece destaque, pois aborda uma ação do governo em que esse transformou uma construção particular civil, que estava prevista para ser realizada em área da Mata Atlântica, em uma área verde de preservação ambiental, logo impedindo a realização da obra.

Quanto ao espaço dentro dos muros do Jockey, o terreno ficará potencialmente inviabilizado para a construção civil caso a área venha a ser completamente transformada em parque, como prevê a proposta da Câmara. Isso transformará o terreno em uma Zepam, a zona especial de preservação ambiental onde não se pode construir. Sem potencial construtivo, a área perde valor (Castelani, Kruse, 2023).

Contudo, a própria FSP também levanta possibilidades dessas ações de preservação terem segundas intenções do próprio governador de São Paulo, Nunes. Já que, na época, ele estava prestes a concorrer por uma reeleição de seu mandato e a agenda ambiental é bem recebida pelos seus opositores. Como retrata Zylberkan (2024), a assinatura das desapropriações das áreas verdes não significa dizer que os parques serão construídos imediatamente, já que não foram feitas previsões para o início das ações.

Para o urbanista Kazuo Nakano, professor do Instituto das Cidades da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), a declaração de utilidade pública é o primeiro passo para desapropriação e não garante a concretização do projeto. “A iniciativa é necessária, mas tem cunho eleitoral”, diz. Nunes é pré-candidato à reeleição no pleito municipal que ocorre em outubro (Zylberkan, 2024).

Destaca-se ainda que, apesar de a FSP abordar a preservação ambiental em São Paulo como um ponto forte e valorizado em algumas matérias, identificamos outras matérias que abordam ações com risco ao meio ambiente pelo governo, como a construção de um ônibus aquático, pensada por Nunes - governador de São Paulo - em uma região que sofre com as mudanças ambientais. Essa construção prejudica a população e agrava a degradação ambiental que já ocorre no território. O ônibus aquático é “sem dúvida, [...] um dos principais projetos que o prefeito pretende apresentar em sua campanha em 2024 para reeleição à prefeitura, reconhece o próprio Nunes. A proposta foi sugerida por ele em 2014, quando ainda era vereador” (Oliveira, 2023).

A região do reservatório de Billings, em São Bernardo do Campo, é importante para os moradores, que descrevem que nos últimos anos há uma forte estiagem sem medidas pensadas para diminuir seus impactos na região, além do nível do reservatório muito abaixo se comparado a décadas anteriores, poluição por esgotos e desmatamento da vegetação do território.

Acostumada a sofrer diferentes tipos de agressão, de lançamento de esgoto à destruição da vegetação, a Billings, na visão de quem cresceu familiarizado a mirá-la da janela de casa, irá descaracterizar-se de vez, afirma Helena. A iniciativa pegou muita gente de surpresa. “De repente, tudo aqui, construído pelos meus pais em 30 anos, vai ser destruído”, conta a estudante Páola Oliveira Borghese, 19, ao caminhar pela área verde, que se conecta à sua casa (Oliveira, 2023).

Esses impactos ambientais provocados pela construção de obras, como relatado em Billings, foram uma temática recorrente nas matérias identificadas para a presente pesquisa. Foram cerca de vinte e três (23) matérias que abordam a construção de obras que provocaram desequilíbrio no ecossistema da região e degradação ambiental do território. Logo, podemos perceber que nesse último ano a FSP relata um tensionamento entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental. Chamamos atenção para as instituições responsáveis pela construção dessas obras: o governo e iniciativas privadas. Alguns exemplos de matérias desse cunho são: “Itapema, no litoral de SC, aposta em arranha-céus sem sombra na praia” (Bispo, 2024) e “Parque Nacional da Chapada dos Guimarães é concedido por R\$ 926 mil à iniciativa privada” (Zarur, 2024).

Nesse sentido, a matéria que melhor pode ilustrar essa posição conflituosa do governo, retratada na FSP, durante o período após a pandemia da COVID-19, é “PGR diz ao STF ser favorável à Ferrogrão, obra que divide governo Lula” (Braga, 2023). Vale salientar aqui que PGR é sigla para Procurador Geral da República.

A Ferrogrão é uma ferrovia que está sendo construída entre os estados do Pará e Mato Grosso para transporte de grãos, como milho e soja. Porém, para tal, é necessário atravessar uma unidade de conservação ambiental, o que gerou um conflito entre os ministros do governo Lula.

A Ferrogrão é mais um projeto com potencial de impacto ambiental que divide o governo Lula. Enquanto Guajajara se opõe, os ministros dos Transportes, Renan Filho, e da Agricultura, Carlos Fávaro, são a favor. O PSOL, partido da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, argumenta que a Constituição exige o rito por projeto de lei. A legenda menciona precedente do próprio STF, que entende o processo como o mais adequado diante da possibilidade de prejuízo ambiental (Braga, 2023).

Além desse conflito interno do governo Lula, outros setores também têm divergido, apesar de já haver informações que apontam para o impacto ambiental na região. Logo, o Estado é apontado aqui como um elemento de contradições, suas forças internas estão em conflito dada a complexidade da pauta ambiental e a multiplicidade de relações de poder e interesses que compõem o governo brasileiro.

Em sua manifestação ao STF, o procurador-geral da República, Augusto Aras, argumenta não haver correlação com o caso mencionado porque, na Ferrogrão, a AGU (Advocacia Geral da União) apontou “saldo ambiental substancialmente positivo” (Braga, 2023).

Essa dissonância mostrada pela FSP aponta para o governo enquanto esse conjunto de diferentes instâncias, poderes e pessoas em um emaranhado complexo de decisões que vão de encontro a si mesmas. O resultado disso, para a política ambiental nacional, é que os avanços realizados em prol



da preservação e conservação ambiental são comprometidos por medidas danosas para o meio ambiente.

### **3.1.2 Sociedade civil organizada: *preservando o espaço comum***

Neste estudo, para uma melhor elucidação, dividimos a sociedade civil em organizada e não organizada, dedicando-nos a apresentar os principais achados vinculados a cada uma delas. Contudo, é importante frisarmos que essa divisão é um artifício nosso, utilizado para melhor retratar de que maneira o FSP localiza o ator da sociedade civil. Isto posto, a sociedade civil organizada refere-se a momentos que o FSP descreve a sociedade civil integrada a associações, organizações ou grupos. Já a sociedade civil não organizada, a ser apresentada na seção 3.1.4, refere-se a quando o FSP descreve a sociedade civil de maneira desassociada das organizações populares

Nos voltando agora para o agente central dessa seção, a sociedade civil organizada, observamos que ela aparece em dezoito (18) notícias enquanto protagonista das ações; na maior parte das vezes apareceu auxiliando ações do governo em prol da preservação e conservação ambiental, através de parcerias em ações de prevenção e promoção entre instituições governamentais e associações civis; ou ainda movendo judiciais ações contra crimes ambientais. Já que o Estado e a sociedade civil organizada se associam devido a questão política democrática, onde fica a mídia e seus veículos nesse cenário? É interessante para espaços como a FSP trazerem notícias de associações do âmbito civil?

Para Gamson e Wolfsfeld (1993) a relação entre a mídia e a sociedade civil organizada é uma interação desigual de forças. Os movimentos sociais e cívicos ganham impulso em suas ações através da exposição midiática de suas pautas - em outras palavras, é interessante que organizações que dependem de apoio financeiro externo ou mesmo de adesão popular, busquem ampliar seu nível de visibilidade, especialidade de veículos de comunicação. Contudo, isso não significa dizer que os veículos de mídia necessitam dessas associações para criar e tecer suas narrativas e tramas de sentido.

É devido a esse desequilíbrio que Maia (2009) entende que a sociedade civil acaba tendo que se movimentar ao encontro dos interesses específicos desses veículos, histórias que possam gerar apelo ao público desejado, logo certos enquadramentos vão ter mais facilidade para atraírem a atenção de agentes midiáticos do que outros. A autora chama atenção também para um fator relevante para nossa discussão, a questão ambiental, que se encontra sob atenção da mídia em anos recentes. Isso acontece devido à crescente preocupação com o aquecimento global e mudanças ambientais, onde governos de países em todo o mundo têm se preocupado com seus índices de poluição e degradação ambiental (Reis, 2024). Posto isso, ações do ator dessa seção voltadas para a preservação ambiental e conservação do próprio território foram observadas em matérias como “Drones com sementes de árvore vão

recuperar áreas de deslizamento de terra em São Sebastião” (Caseff, 2024); “Guardiões cuidam das árvores e da limpeza das praias no litoral norte de SP” (Burihan, 2023). Nas matérias supracitadas, a participação civil foi integral para a preservação ambiental do espaço comum.

Observamos também que a sociedade civil se organizou em movimentos ou associações em prol da defesa da preservação ambiental do seu território em momentos de crise. Matérias como “Projeto para deslocar caixas em São Sebastião (SP) gera reação de moradores e da Câmara” (Estanislau, 2024) e “Prolongamento da Marginal Pinheiros enfrenta ação no TCM e resistência na internet” (Guatelli, 2024) acabam por mostrar que a FSP retrata a sociedade civil organizada nesse lugar de protagonismo e iniciativa em prol de seus direitos. A presença da sociedade civil organizada nas decisões políticas foi identificada tanto nas associações que buscam na união democrática uma solução para a preservação de seus territórios quanto nas ONGs que cobram maior responsabilidade nas tomadas de decisão de órgãos públicos.

Quanto à participação das organizações não governamentais (ONGs) na política, temos algumas matérias que abordaram essa temática na FSP, a exemplo de: “Corrida pela energia limpa no Brasil 'está longe de ser inofensiva', dizem movimentos sociais” (Pamplona, 2024) e “Novo leilão do petróleo no Brasil, um dia após fim da COP28, é 'bomba' de emissões, diz ONG” (Salomão, 2023). Por fim, a sociedade civil organizada surgiu com frequência conectada - ou mesmo formada - por comunidades originárias, alguns exemplos são “Com roça e criação de peixes, terras indígenas de Roraima buscam aliar tradição e sustento” (Magnani, 2023) e “Conservação ambiental e tecnologia são estratégias de comunidades indígenas empreendedoras” (Cruz, 2024).

A FSP traz matérias nas quais reconhece o papel dessas comunidades originárias na luta pela preservação ambiental, já que a quem melhor perguntar sobre convivência e harmonia com o meio ambiente do que a comunidade local? Brasil (2016) também aponta para os povos indígenas como uma forte potência quando se trata de medidas sustentáveis e estratégias de conservação. Por isso, é necessário estimular que cada vez mais eles sejam inseridos no debate ambiental, na criação de leis e políticas públicas. A própria FSP se pronuncia sobre isso em uma de suas matérias: “Saberes ancestrais precisam estar nas estratégias climáticas” (Belmont, Carneiro, 2023). As autoras desta matéria trazem vários exemplos de organizações civis formadas por comunidades originárias na tentativa de destacar o desenvolvimento secular de estratégias de conservação ambiental realizada por esses grupos.

Presentes nos quintais, nas roças e em pequenos espaços urbanos que resistem ao concreto, estão os esforços empreendidos —sobretudo por mulheres negras de comunidades quilombolas, agricultoras, ribeirinhas e nas periferias das cidades— para manter a vida. Lideranças em diversos territórios, especialmente mulheres negras, vivem do artesanato, da agricultura familiar e da preservação do solo a partir de saberes historicamente usados para

salvar vidas e adaptar formas de subsistência. Se hoje há floresta em pé, é porque comunidades desenvolveram tecnologias ancestrais e de sobrevivência (Belmont, Carneiro, 2023).

### 3.1.3 Iniciativas privadas: *avanços e desalinhos no desenvolvimento sustentável*

Outro ator que se mostrou presente na temática da preservação e conservação ambiental na FSP nesse período pós-pandêmico foram as iniciativas privadas; com um total de dezessete (17) matérias, sendo esse número dividido entre instituições nacionais - onze matérias - e internacionais - seis matérias. As iniciativas privadas estiveram presentes em matérias tanto como organizações que entram em conflito com propostas ambientais - empresas propondo e realizando suas atividades em áreas de preservação ambiental ou com potencial risco ao meio ambiente - tanto como aquelas que promoveram ações de preservação, por meio de doações ou mesmo serviços necessários para implementação de ações de conservação. Contudo, percebe-se que a FSP apresentou mais notícias voltadas para ações das iniciativas privadas que se moveram em prol de ampliar suas áreas de atuação ainda que houvessem possível, ou já previsto, impacto ambiental causado nas regiões; foram doze notícias desse cunho contra cinco que envolviam iniciativas privadas em ações de incentivo à preservação ambiental.

O impacto ambiental foi retratado em notícias como “Eólica *offshore* no Brasil conflita com petróleo, internet, praias turísticas e de vida animal” (Gabriel; Marchesini, 2024) e “Usina de álcool tenta garantir fazendas em terra indígena em Mato Grosso” (Sassine, 2023b). Há a presença tanto de iniciativas internacionais quanto nacionais nessas ações de degradação ambiental. As iniciativas privadas são organizações que utilizam de seu poderio econômico para obter maior relevância no cenário nacional e internacional. Este poderio econômico é alcançado através da exploração de recursos naturais, a qual, por sua vez, repercute em mudanças nos territórios explorados. Por isso, é esperado pela ONU (2013) que grandes empresas almejem o desenvolvimento sustentável baseado em medidas para diminuir e, idealmente, parar a degradação ambiental. Porém, poucas foram as medidas preventivas dessas organizações relatadas na FSP, apenas cinco matérias foram registradas com ações deste cunho na FSP.

Algumas dessas medidas foram “Drones com sementes de árvore vão recuperar áreas de deslizamento de terra em São Sebastião” (Caseff, 2024) e “Programa de inovação busca negócios que atuam com economia circular” (FSP, 2024b). Ainda, podemos observar que essas medidas preventivas foram realizadas por iniciativas privadas nacionais e internacionais, destacando-se essas últimas em relação a maior parte delas. Apenas Caseff (2024) e FSP (2024b) trazem iniciativas privadas nacionais enquanto participantes ativos da preservação ambiental, e ainda deve ser observado que, no caso de Caseff (2024), há a presença relevante de uma iniciativa privada internacional.

É vital que grandes empreendimentos pensem em seu desenvolvimento de maneira que não esbarre na conservação da fauna, flora e demais recursos naturais da região em que atuam. Essas medidas não precisam ser às custas do poderio econômico dessas empresas, mesmo a ONU (2013) concorda com isso, já que, para a mesma, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um equilíbrio entre as necessidades do presente e as necessidades das gerações futuras. Só se alcança um desenvolvimento verdadeiramente sustentável quando o progresso econômico anda lado a lado com a proteção ambiental. No Brasil, entretanto, as iniciativas privadas, para Borba (2013), não atingem as expectativas esperadas para um desenvolvimento sustentável, e isso é consequência tanto dessas empresas, por não buscarem estratégias de preservação adequadas, quanto do governo brasileiro, que não cria Parcerias Público-Privadas (PPP) suficientes, nem disponibiliza incentivos fiscais e econômicos para as empresas que estiverem dentro da meta de energia limpa.

Isso se reflete nos números observados na FSP neste estudo, já que as iniciativas privadas nacionais surgem em apenas uma notícia em parceria direta com o governo para realizar uma ação de prevenção. Todas as outras vezes, as iniciativas privadas foram trazidas em conflito com outros atores sociais devido às suas operações que estão impactando, ou estão a caminho de impactar, o meio ambiente e o espaço de convivência das comunidades locais. Ao realizarmos as leituras dos textos verificamos que três matérias apresentam o governo combatendo as ações de degradação ambiental cometidas pelas iniciativas privadas: “Órgão federal alega incompatibilidade de megaempreendimento em Boipeba (BA)” (Pitombo, 2024) e “Justiça suspende licenças para exploração de gás e petróleo na bacia do rio Amazonas” (Sassine, 2023a).

Destacamos aqui a intervenção em Boipeba-BA, uma ilha que terá cerca de 20% do seu território ocupado pela iniciativa privada, próximo de uma área habitada por 700 moradores de comunidades tradicionais da região. Essa ação do governo aponta para o reconhecimento da importância das comunidades tradicionais e da consideração de suas práticas como necessárias para proteção ambiental.

Na avaliação do Ministério Público Federal, porém, esse regime seria incompatível com áreas de interesse ambiental ou ocupadas por comunidades tradicionais, caso da Ponta dos Castelhanos. [...] O movimento Salve Boipeba, que reúne moradores e entidades contrárias ao projeto, celebrou o posicionamento da SPU. “É gratificante ver as instituições públicas trabalhando com respeito à Constituição e aos clamores da sociedade civil. É um momento de celebração, mas seguimos vigilantes”, diz (Pitombo, 2024).

#### **3.1.4 Sociedade civil não organizada: *territórios em risco e reconstrução***

Considerando a definição de sociedade civil não organizada já apresentada na seção 3.1.2, trouxemos treze (13) matérias que a descrevem. Observa-se que, quando a sociedade civil é descrita

de forma desassociada de organizações populares, o FSP a aborda como um grupo em situações de vulnerabilidade e risco diante das mudanças ambientais em seus territórios ou ameaçados por ações de outros atores que provocam a degradação ambiental de áreas preservadas e suas comunidades. Podemos ressaltar aqui, em especial, as comunidades indígenas, já que estão presentes em oito das treze notícias, nas quais seu território, cultura, cotidiano e saúde são ameaçados. Como destacado por Sassine (2024) em “Crédito financia 21 mil fazendas que avançam por floresta e banca desmate em área indígena, diz *Greenpeace*” e Lovisi (2023) em “Indígenas e quilombolas lutam contra impactos ambientais do 'lítio verde' no Vale do Jequitinhonha”. Nas matérias, são descritos os riscos que o desmatamento e poluição dos biomas florestais trazem para as populações tradicionais.

Brasil (2016) converge na mesma direção, já que compreende o povo indígena como um dos mais vulneráveis do país quando se trata de devastação causada por mudanças ambientais, o que é compreensível ao pensarmos que este também é um dos povos mais conectados com o seu próprio território, e mudanças acabam causando desafios a serem superados. Observa-se, porém, que como já pontuado anteriormente, os povos indígenas também são um dos que mais possuem capacidade para compreender e praticar ações de preservação ambiental na seção sobre sociedade civil organizada.

Isso dito, não significa que as matérias selecionadas apontam impactos localizados apenas na população indígena. Povos quilombolas e ribeirinhos também são retratados nas matérias da FSP como vulnerabilizados pelas mudanças ambientais de seus territórios. Não obstante, Brasil (2016) pontua que quilombolas e ribeirinhos, assim como os povos originários, precisam de maior atenção de políticas públicas especializadas para os prejuízos causados pela crise ambiental que vivemos. A FSP ainda traz matérias que reconhecem que certas áreas são alvo do interesse econômico, e mesmo ações criminosas, como incêndios, e que não estão fora das possibilidades de ações para retirar as populações que habitam esses territórios, e isso considerando áreas florestais, rurais e também urbanas.

A hipótese subjacente é que nessas terras em disputa entre seus proprietários e os ocupantes, a tendência do uso da força, como incêndios criminosos, seria um instrumento brutal adotado para afastar os moradores, quando as terras se valorizam significativamente (Lisboa, 2024).

Como trazido por Lisboa (2024), ações de degradação ambiental não são exclusivas de zonas rurais ou florestais. A população urbana também foi retratada enfrentando dificuldades devido à destruição de áreas preservadas, desastres e perdas causadas pelas mudanças ambientais. Matérias como “Mortes por febre maculosa assustam moradores e comerciantes em Campinas” (Neto, 2023) e “Ressaca do mar desenterra baleias e afeta quiosques no litoral” (Feza, 2023) mostram que os prejuízos causados pelas mudanças ambientais também atingem as pessoas que vivem nos espaços urbanos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A FSP destacou três atores principais na discussão sobre preservação e conservação ambiental no período pós-pandemia da COVID-19: governo brasileiro, iniciativas privadas e sociedade civil. Os dois primeiros foram retratados de forma ambígua, ora como responsáveis por iniciativas de proteção ambiental, ora como agentes que favorecem a degradação. A sociedade civil, em contraste, foi apresentada como protagonista, mobilizando práticas preventivas, resistindo a ações predatórias e promovendo saberes voltados à conservação dos territórios. Nesse cenário, ressalta-se a relevância da Psicologia para compreender as relações entre pessoas e ambiente.

O espaço em que vivemos é parte constitutiva da nossa existência, e sua degradação repercute diretamente na saúde física, emocional e psíquica. Mesmo aqueles que não habitam diretamente os territórios afetados podem sofrer consequências, dada a interdependência dos ecossistemas. Assim, cabe à Psicologia não apenas analisar os impactos subjetivos dessa perda, mas também atuar de forma preventiva e propositiva, incentivando práticas sustentáveis e promovendo o fortalecimento comunitário. A Psicologia Social, em particular, pode contribuir ao investigar como discursos, políticas e práticas coletivas moldam modos de vida e subjetividades diante das crises ambientais.



## REFERÊNCIAS

AMARAL, A. C. Amazônia pode mudar 'lugar subalterno' de fornecedor de matéria-prima, diz Lula em cúpula. **Folha de São Paulo**, 8, ago. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/vamos-fortalecer-os-paises-das-florestas-na-agenda-global-diz-lula-na-cupula-da-amazonia.shtml>>.

BARBALHO, H. Combate a crimes ambientais reduz a violência. **Folha de São Paulo**, 28 abr. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/04/combate-a-crimes-ambientais-reduz-a-violencia.shtml>>.

BELMONT, M; CARNEIRO, N. Saberes ancestrais precisam estar nas estratégias climáticas. **Folha de São Paulo**, 23 nov. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/desigualdades/2023/11/saberes-ancestrais-precisam-estar-nas-estrategias-climaticas.shtml>>.

BISPO, F. Itapema, no litoral de SC, aposta em arranha-céus sem sombra na praia. **Folha de São Paulo**, 13, MAR. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/itapema-no-litoral-de-sc-aposta-em-arranha-ceus-sem-sombra-na-praia.shtml>>.

BORBA, D. A. M. As parcerias público-privadas na proteção ambiental. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 66-83, 2011. Disponível em: <<https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/3078#:~:text=Este%20artigo%20busca%20mostrar%20que%20se%20o%20Estado,do%20meio%20ambiente%2C%20a%20iniciativa%20privada%20pode%20fazer%20a%20diferença-lo.>>.

BRAGA, J. PGR diz ao STF ser favorável à Ferrogrão, obra que divide governo Lula. **Folha de São Paulo**. 24, mai. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/05/pgr-diz-ao-stf-ser-favoravel-a-ferrograo-obra-que-divide-governo-lula.shtml>>.

BRASIL. Estratégia de povos e populações vulneráveis. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <<https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/3078/2709>>.

BURIHAN, S. Guardiões cuidam das árvores e da limpeza das praias no litoral norte de SP. **Folha de São Paulo**, 24, nov. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/11/guardioes-cuidam-das-arvores-e-da-limpeza-das-praias-no-litoral-norte-de-sp.shtml>>.

CASTELANI, C; KRUSE, T. Plano Diretor esconde nome e transforma Jockey Club de SP em parque municipal. **Folha de São Paulo**, 3, jul. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/plano-diretor-esconde-nome-e-transforma-jockey-club-de-sp-em-parque-municipal.shtml>>.

CARTAXO, S.; SHIOTA, R. R. Três concepções acerca dos desastres. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, v. 32, p. 296-315, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.30427>>.

CASEFF, G. Drones com sementes de árvore vão recuperar áreas de deslizamento de terra em São Sebastião. **Folha de São Paulo**, 27, dez. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/drones-com-sementes-de-arvore-vao-recuperar-areas-de-deslizamento-de-terra-em-sao-sebastiao.shtml>>.

CLARO, P. B. Esperança renovada: a busca pela preservação da Amazônia. **Folha de São Paulo**, 12, jun. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/por-que-economes-em-bom-portugues/2023/06/esperanca-renovada-a-busca-pela-preservacao-da-amazonia.shtml>>.

CORRALIZA, J. A. La Psicología Ambiental y los problemas medioambientais. **Papeles del Psicólogo**, Espanha, v. 67, p. 26-30, 1997. Disponível em: <<https://www.papelesdelpsicologo.es/resumen?pii=748>>.

CRUZ, F. Conservação ambiental e tecnologia são estratégias de comunidades indígenas empreendedoras. **Folha de São Paulo**. 1, mai. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/conservacao-ambiental-e-tecnologia-sao-estrategias-de-comunidades-indigenas-empendedoras.shtml>>.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.

ESTANISLAU, J. Projeto para deslocar caixas em São Sebastião (SP) gera reação de moradores e da Câmara. **Folha de São Paulo**, 23, abr. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/04/projeto-para-deslocar-caixas-em-sao-sebastiao-sp-gera-reacao-de-moradores-e-da-camara.shtml>>.

FERRARO, S. Revisão da Lei de Zoneamento: novo retrocesso para a cidade de São Paulo. **Folha de São Paulo**, 21, dez. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/revisao-da-lei-de-zoneamento-novo-retrocesso-para-a-cidade-de-sao-paulo.shtml>>.

FEZA, J. P. Ressaca do mar desenterra baleias e afeta quiosques no litoral. **Folha de São Paulo**. 12, out. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/ressaca-do-mar-desenterra-baleias-e-afeta-quiocques-no-litoral.shtml>>.

FISCHER, R. M. B. Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade. Porto Alegre, 1996. 297 p. **Tese** (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10281>>.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo quer 110 Ibirapueras de novas áreas protegidas, mas depende da Justiça. **Folha de São Paulo**, 14, mar. 2024a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/e-logo-ali/2024/03/sao-paulo-quer-110-ibirapueras-de-novas-areas-protegidas-mas-depnde-da-justica.shtml>>.

FOLHA DE SÃO PAULO. Programa de inovação busca negócios que atuam com economia circular. **Folha de São Paulo**, 11, abr. 2024b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2024/04/programa-de-inovacao-busca-negocios-que-atuam-com-economia-circular.shtml>>.

FOLHA DE SÃO PAULO. O elefante na COP28. **Folha de São Paulo**, 14, dez. 2023a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/12/o-elefante-na-cop28.shtml>>.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cidade de São Paulo ultrapassa 50% do território com área verde. **Folha de São Paulo**, 5, jun. 2023b. Disponível em: <<https://estudio.folha.uol.com.br/prefeitura-de-saopaulo/2023/06/cidade-de-sao-paulo-ultrapassa-50-do-territorio-com-area-verde.shtml>>.

FRANCISQUINI, R. A sociedade civil e os meios de comunicação: uma leitura crítica da teoria habermasiana. **Em Tese**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 1-20, 2010. DOI: 10.5007/1806-5023.2008v4n2p1. Disponível em: <[https://www.bing.com/search?q=FRANCISQUINI%2C+R.+A+sociedade+civil+e+os+meios+de+comunicação%3A+uma+leitura+crítica+da+teoria+habermasiana.+Em+Tese%2C+Florianópolis%2C+v.+4%2C+n.+2%2C+p.+1-20%2C+2010.+DOI%3A+10.5007%2F1806-5023.2008v4n2p1.&cvid=30897f8988154dc39a240d87c811845e&gs\\_lcrp=EgRlZGdlKgYIABBFgDkyBggAEEUYOdIBBzM5NWowajmoAgiwAgE&FORM=ANAB01&adppc=EDGEDBB&PC=EDGEDBB](https://www.bing.com/search?q=FRANCISQUINI%2C+R.+A+sociedade+civil+e+os+meios+de+comunicação%3A+uma+leitura+crítica+da+teoria+habermasiana.+Em+Tese%2C+Florianópolis%2C+v.+4%2C+n.+2%2C+p.+1-20%2C+2010.+DOI%3A+10.5007%2F1806-5023.2008v4n2p1.&cvid=30897f8988154dc39a240d87c811845e&gs_lcrp=EgRlZGdlKgYIABBFgDkyBggAEEUYOdIBBzM5NWowajmoAgiwAgE&FORM=ANAB01&adppc=EDGEDBB&PC=EDGEDBB)>.

GABRIEL, J; MARCHESINI, L. Eólica offshore no Brasil conflita com petróleo, internet, praias turísticas e de vida animal. **Folha de São Paulo**. 20, abr. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/eolica-offshore-no-brasil-conflita-com-petroleo-internet-praias-turisticas-e-de-vida-animal.shtml>>.

GRANEM, E. As ONGs e a responsabilidade governamental com a escola básica no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 51-65, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/bLH5S4fCzq6jxQ7tqxDz5mh/?format=pdf>>.

GOHN, M. da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUATELLI, C. Prolongamento da Marginal Pinheiros enfrenta ação no TCM e resistência na internet. **Folha de São Paulo**, 27, fev. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/blogs/ciclocosmo/2024/02/prolongamento-da-marginal-pinheiros-enfrenta-acao-no-tcm-e-resistencia-na-internet.shtml>>.

HENNIGEN, I. Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 47-53, maio 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/vskfX4z97Wr7r9XhcRG3gfq/>>.

HOLANDA, M.; LOPES, R.; GARCIA, N. Lula chega a Cuba e deve criticar embargo dos EUA contra a ilha. **Folha de São Paulo**, 15, SET. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/09/lula-chega-a-cuba-e-deve-criticar-embargo-dos-eua-contra-a-ilha.shtml>>.

LANDIM, L. A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993.

LISBOA, M. Disputa por terras e barbárie. **Folha de São Paulo**. 25, mar. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/disputa-por-terras-e-barbarie.shtml>>.

LOVISI, P. Indígenas e quilombolas lutam contra impactos ambientais do 'lítio verde' no Vale do Jequitinhonha. **Folha de São Paulo**. 3, ago. 2023. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/indigenas-e-quilombolas-lutam-contra-impactos-ambientais-do-litio-verde-no-vale-do-jequitinhonha.shtml>>.

MAGNANI, A. Com roça e criação de peixes, terras indígenas de Roraima buscam aliar tradição e sustento. **Folha de São Paulo**. 4, ago. 2023. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/com-roca-e-criacao-de-peixes-terras-indigenas-de-roraima-buscam-alisar-tradicao-e-sustento.shtml>>.

MAIA, R. C. M.. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 87–118, 2009.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em:  
<<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>>

MARIANTE, J. H. O começo do fim. **Folha de São Paulo**, 16 dez. 2023. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jose-henrique-mariante-ombudsman/2023/12/o-comeco-do-fim-escolha-o-seu.shtml>>.

MAYORGA, C. *et al.* A psicologia social, as questões ambientais e a crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 01-02, 2015. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/mzBSVwgHSWd8GHy8ys7ppQv/>>.

MEDEIROS, A. A.; VASCONCELLOS, M. da P. Ambiente, saúde e covid-19: da crise global à existência sustentável. **Saúde e Sociedade** [online], v. 32, n. 1, e220601pt, 2023. Disponível em:  
<<https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220601pt>>.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55-56, p. 155–184, 2002. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ln/a/5Gcb9c7zydHkDNxNHsR8mPF/>>.

MOREIRA, J. de O. Mídia e Psicologia: considerações sobre a influência da internet na subjetividade. **Psicologia América Latina** [online], 2010, n. 20. ISSN 1870-350X.  
ONU. Organização das Nações Unidas Brasil. **ONU Brasil**, 2013. Disponível em:  
<<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>.

NETO, F. L. Mortes por febre maculosa assustam moradores e comerciantes em Campinas. **Folha de São Paulo**. 15, jun. 2023. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/06/mortes-por-febre-maculosa-assustam-moradores-e-comerciantes-em-campinas.shtml>>.

OLIVEIRA, R. de. 'Ônibus aquático' nem entrou na água e já gera críticas de quem vive às margens da Billings. **Folha de São Paulo**, 7, mai. 2023. Disponível em:  
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/onibus-aquatico-nem-entrou-na-agua-e-ja-gera-criticas-de-quem-vive-as-margens-da-billings.shtml>>.

PAMPLONA, N. Corrida pela energia limpa no Brasil 'está longe de ser inofensiva', dizem movimentos sociais. **Folha de São Paulo**, 31, jan. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/01/corrida-pela-energia-limpa-no-brasil-esta-longe-de-ser-inofensiva-dizem-movimentos-sociais.shtml>>.

PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: busca por um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, Natal: Estudos de Psicologia UFRN, ed. 2, n. 2, p. 377-398, 1 jan. 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/HCYWKRYHp5kwc6N3kYXtVFs/>>.

PITOMBO, J. P. Órgão federal alega incompatibilidade de megaempreendimento em Boipeba (BA). **Folha de São Paulo**, 24, jan. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/01/orgao-federal-alega-incompatibilidade-de-megaempreendimento-em-boipeba-ba.shtml>>.

PUTNAM, R. D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1994. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/bowling-alone-americas-declining-social-capital/>>.

RAEDER, S. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014. Disponível em: <<https://www.sumarios.org/artigo/ciclo-de-pol%C3%ADticas-uma-abordagem-integradora-dos-modelos-para-an%C3%A1lise-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas>>.

REIS, D. Não só relatos, dados e alertas: papel do jornalismo ambiental na crise climática é bem maior. **The Conversation**, 8, nov. 2024. Disponível em: <https://theconversation.com/nao-so-relatos-dados-e-alertas-papel-do-jornalismo-ambiental-na-crise-climatica-e-bem-maior-232437>.

SALOMÃO, A. Novo leilão do petróleo no Brasil, um dia após fim da COP28, é 'bomba' de emissões, diz ONG. **Folha de São Paulo**. 6, dez. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/12/novo-leilao-do-petroleo-no-brasil-um-dia-apos-fim-da-cop28-e-bomba-de-emissoes-diz-ong.shtml>>.

SANT'ANA, J. Verba federal prevista para prevenção de desastres é a menor em 14 anos, diz associação. **G1**, 20, fev. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/20/verba-prevista-para-prevencao-de-desastres-e-a-menor-em-14-anos.ghtml>>.

SASSINE, V. Crédito financia 21 mil fazendas que avançam por floresta e banca desmate em área indígena, diz Greenpeace. **Folha de São Paulo**. 8, abr. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/04/credito-financia-21-mil-fazendas-que-avancam-por-floresta-e-banca-desmate-em-area-indigena-diz-greenpeace.shtml>>.

SASSINE, V. Justiça suspende licenças para exploração de gás e petróleo na bacia do rio Amazonas. **Folha de São Paulo**, 19, mai. 2023a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/05/justica-suspende-licencas-para-exploracao-de-gas-e-petroleo-na-bacia-do-rio-amazonas.shtml>>.

SASSINE, V. Usina de álcool tenta garantir fazendas em terra indígena em Mato Grosso. **Folha de São Paulo**, 30, ago. 2023b. Disponível em:



<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/usina-de-alcool-tenta-garantir-fazendas-em-terra-indigena-em-mato-grosso.shtml>>.

SILVA, A. T. R. da. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência.

**Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 233–259, jan. 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/NKhkQ7sPbVfz9rHRQ8WZ8VJ/>>.

SILVEIRA, M. D. P. D. A. Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, n. 4, p. 42–51, dez. 2004.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/TwtP4fS3hfWVmx9HptM7pLn/>>.

SPEIGHT, P. Why Security Doesn't Work, **Journal of Applied Security Research**, v. 5, p. 234-270, 2010. Disponível em:

<[https://www.bing.com/search?q=SPEIGHT%2C+P.+Why+Security+Doesn't+Work%2C+Journal+of+Applied+Security+Research%2C+v.+5%2C+p.+234-270%2C+2010.&cvid=e383d790ec8b4521b4f817551ba8d1f6&gs\\_lcrp=EgRlZGdlKgYIABBFgDkyBggAEEUYOdIBBjkyajBqNKgCALACAA&FORM=ANAB01&adppc=EDGEDBB&PC=EDGEDBB](https://www.bing.com/search?q=SPEIGHT%2C+P.+Why+Security+Doesn't+Work%2C+Journal+of+Applied+Security+Research%2C+v.+5%2C+p.+234-270%2C+2010.&cvid=e383d790ec8b4521b4f817551ba8d1f6&gs_lcrp=EgRlZGdlKgYIABBFgDkyBggAEEUYOdIBBjkyajBqNKgCALACAA&FORM=ANAB01&adppc=EDGEDBB&PC=EDGEDBB)>.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 22-41.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e Visibilidade. In: SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004. p.71-99.

SPINK, M. J. **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, P. Análise de Documentos de Domínio Público. In.: SPINK, M. J. (org). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004. p. 100-126.

STRUCK, J. Alemanha e Brasil se unem em causa ambiental, mas divergem sobre geopolítica. **Folha de São Paulo**, 4, dez. 2023. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/12/alemanha-e-brasil-se-unem-em-causa-ambiental-mas-divergem-sobre-geopolitica.shtml>>.

TEIXEIRA, I.; TONI, A. A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 1, p. 71–93, 2022. Disponível em: <<https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/7>>.

ZARUR, C. Parque Nacional da Chapada dos Guimarães é concedido por R\$ 926 mil à iniciativa privada. **Folha de São Paulo**, 2, fev. 2024. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/02/parque-nacional-da-chapada-dos-guimaraes-e-concedido-por-r-926-mil-a-iniciativa-privada.shtml>>.

ZYLBERKAN, M. Gestão Nunes irá desapropriar áreas verdes privadas para a criação de nove parques em SP. **Folha de São Paulo**, 4, jan. 2024. Disponível em:



<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/gestao-nunes-ira-desapropriar-areas-verdes-privadas-para-a-criacao-de-nove-parques.shtml>>.